



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2020

PRAZO: de 30 de julho de 2020 a 29 de julho de 2021

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Frank Ariel Schiavini**, portador do CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2, juntamente com o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Romário Martins, 154 - Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 08.906.533/0001-49, neste ato representado pela Diretora do Departamento de Saúde Sra. **Andreia Aparecida da Silva**, portadora do CPF sob o nº 033.040.339-71 e RG nº 6.288.864-4, a seguir denominado CONTRATANTE e do outro, a empresa **PONTOCOM BRINDES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dioniso Spessato, 132, Sala 02 - Padre Ulrico, na cidade de Francisco Beltrão (85.604-444), Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.036.328/0001-23, neste ato representada pelo Sr. **Douglas José Waiand**, portador do CPF sob o nº 021.394.299-23 e RG nº 6.350.392-4, a seguir denominada DETENTORA, vencedora da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2020**, do tipo menor preço por ITEM, no sistema de registro de preços, para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA COMPOR KITS BEBÊ, ATRAVÉS DO PROGRAMA NASCER EM CORONEL VIVIDA**, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do edital, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708, de 18 de setembro de 2003, Decreto Municipal nº 3263, de 28 de setembro de 2006, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Complementar Municipal nº 18, de 20 de dezembro de 2007, Lei complementar Municipal nº 27 de 15 de outubro de 2009 e legislação complementar vigente, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A presente ata tem por objeto constituir o Sistema de Registro de Preços, com o respectivo Registro de Preços da proposta vencedora para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA COMPOR KITS BEBÊ, ATRAVÉS DO PROGRAMA NASCER EM CORONEL VIVIDA**, de conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do edital, partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição e conforme abaixo discriminado:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	1	400,0	UN	10178	BOLSA PARA GESTANTE CONFECCIONADA EM POLIESTER 600, TOTALMENTE REVESTIDA COM PVC CRISTAL GRAMATURA 20, ABERTURA SUPERIOR COM ZIPER Nº 06 100% POLIESTER, DUAS ALCAS DE MAO EM POLIPROPILENO COM CADARCO INFERIOR DE REFORÇO, MEDIDAS TOTAIS DA BOLSA 28CM X 22CM X 11CM, PERSONALIZACAO EM ESTAMPA	PONTO COM BRINDES	9,98	3.992,00
1	5	400,0	UN	7165	CONJUNTO DE MIJAO: COMPOSTO POR UMA CALÇA 100% ALGODÃO COM RIBANA E CAMISA DE MANGA LONGA COM PUNHO 100% ALGODÃO E RIBANA, DIVERSAS CORES	PONTO COM BRINDES	9,98	3.992,00

Andreia A. da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
06/08/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



1	8	400,0	UN	591	TOALHA DE BOCA - TAMANHO 22CM X 44CM; 100% ALGODÃO, CORES: ROSA BEBE, BRANCA E VERDE CLARO	PONTO COM BRINDES	3,98	1.592,00
VALOR TOTAL ESTIMADO								9.576,00

(nove mil e quinhentos e setenta e seis reais)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, **de 30 de julho de 2020 a 29 de julho de 2021.**

Parágrafo Segundo: O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a 12 meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo que trata o § 1º do art 65 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quarto: O MUNICÍPIO poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da DETENTORA, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS QUANTIDADES ESTIMADAS

Parágrafo Primeiro: As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando o contratante desobrigado do fornecimento dos produtos e consequentemente do seu pagamento.

Parágrafo Segundo: A empresa detentora deverá atender as solicitações do Município de Coronel Vivida, qualquer que seja a quantidade constante na Nota de Empenho, observando as quantidades máximas estimadas na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Terceiro: A existência do registro de preços não obriga a Administração a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para os produtos pretendidos, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência, em igualdade de condições.

Parágrafo Quarto: As quantidades foram baseadas no pedido do Departamento de Administração o qual é responsável pela demanda dos produtos necessários.

CLÁUSULA QUARTA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia ao Contratante.

Parágrafo Segundo: Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues somente mediante autorização de fornecimento, em até 30 (trinta) dias da solicitação da divisão de compras, no Centro de Atendimento Dra. Caldisse de Carli, localizado na Rua Romário Martins, 154, Centro, Coronel Vivida, conforme necessidade e determinação do Departamento, sem custo adicional.

Parágrafo Segundo: Os produtos, objeto desta licitação deverá ser entregues conforme descrição do item ganho, correndo por conta da detentora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos

Andréia A. da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
D. 6849 de 10/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min horas.

Parágrafo Terceiro: Quando houver a necessidade de descarregamento e/ou montagem dos equipamentos adquiridos nesta Licitação, será de responsabilidade da empresa detentora providencia-lo, além de arcar com os seus custos.

Parágrafo Quarto: Ao município de Coronel Vivida reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Quinto: A DETENTORA é obrigada a substituir, imediatamente e as suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Parágrafo Primeiro: A detentora deverá apresentar para aprovação do município, toda vez que for necessário, dados informativos sobre os produtos, de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência. O município reserva-se o direito inclusive de solicitar amostras antes da entrega dos produtos, os quais somente serão válidos para esta licitação.

Parágrafo Segundo: Ao município reserva-se ainda o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas no presente Edital, ou que seja considerado inadequado pelo município.

Parágrafo Terceiro: Fica reservado ao Contratante em qualquer fase do certame, o direito de realizar testes que comprovem a qualidade dos produtos ofertados. Para tanto, os produtos serão submetidos a análises técnicas pertinentes e ficam, desde já, cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente recusados, devendo ser, imediatamente, substituídos. Se algum produto apresentar irregularidade, o Contratante o enviará a um laboratório de sua escolha, para elaboração de laudos conclusivos, para verificação da qualidade e obtenção de comprovação de que o produto se identifica ou não com exigido na licitação e apresentado em sua proposta comercial, sendo que, neste caso, as despesas correrão por conta da Detentora. O Contratante o fará quando, no curso da execução contratual, verificada uma qualidade diferente daqueles produtos especificados, cujas características contrariem as definidas neste edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro: Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, salvo prévia e expressa autorização do contratante.

Parágrafo Segundo: Em caso de autorização de subcontratação total ou parcial do objeto, fica a subcontratada obrigada a apresentar previamente à autorização, os documentos comprobatórios de idoneidade, exigidos da detentora na fase de habilitação.

Parágrafo Terceiro: Autorizada qualquer das hipóteses retro, a detentora permanecerá solidariamente responsável pelo cumprimento de todas as condições ajustadas na Ata de Registro de Preços e Edital.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

Parágrafo Primeiro: Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

Parágrafo Segundo: Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.

Parágrafo Terceiro: Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Edital e seus anexos.

Parágrafo Quarto: Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos entregues, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

Andréia A. da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
D.6849 de 16/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Quinto: Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

Parágrafo Sexto: Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 71, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

Parágrafo Sétimo: Garantir a melhor qualidade dos produtos entregues, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

Parágrafo Oitavo: Os produtos adquiridos deverão estar em conformidade com detalhamento constante no ANEXO I, respeitando-se o descrito e de acordo com as especificações dos descritivos.

Parágrafo Nono: Se necessário ou solicitado pela Administração Pública, custear ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto de que trata a presente licitação.

Parágrafo Décimo: Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da DETENTORA, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Contratante.

Parágrafo Décimo Primeiro: A DETENTORA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital, inclusive apresentar como condição de pagamento todos os documentos necessários e solicitados por essa Administração.

Parágrafo Décimo Segundo: Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.

Parágrafo Décimo Terceiro: Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

Parágrafo Décimo Quarto: Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária.

Parágrafo Décimo Quinto: **Cumprir demais obrigações constantes do Edital, anexos e ata de registro de preços.**

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Parágrafo Primeiro: Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA.

Parágrafo Segundo: Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

Parágrafo Terceiro: Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

Parágrafo Quarto: Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

Parágrafo Quinto: Acompanhar a entrega do objeto contratado, efetuado pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua entrega, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

Parágrafo Sexto: Prestar aos funcionários da DETENTORA todas as informações e esclarecimentos necessários à entrega do objeto da contratação.

Andréia A. da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
D.6849 de 10/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



Parágrafo Sétimo: Fiscalizar o fornecimento, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Oitavo: Realizar rigorosa conferência das características do produto fornecido, por meio do Fiscal e Gestor da ata de registro de preços ou servidor, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem.

Parágrafo Nono: O Departamento de Administração será responsável pela prática de todos os atos de controle do registro de preços.

Parágrafo Décimo: Cumprir demais obrigações constantes do Edital, anexos e ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FORMA DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro: O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento responsável.

Parágrafo Segundo: As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à DETENTORA e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

Parágrafo Terceiro: O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da DETENTORA.

Parágrafo Quarto: Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior."

Parágrafo Quinto: Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Parágrafo Primeiro: Os recursos para assegurar o pagamento das obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, correrão por conta dos recursos das dotações orçamentárias específicas abaixo:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.027	3.3.90.30.19	494	4133
06/01	Departamento de Saúde	06.001.10.301.0019.2.027	3.3.90.30.22	494	4130

Parágrafo Segundo: As despesas de outros órgãos ou entidades do CONTRATANTE que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

Parágrafo Terceiro: O CONTRATANTE reserva-se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

Andréa A. da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
D. 6849 de 10/06/2020



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: Conforme Portaria nº 08/2018, caberá à gestão da ata de registro de preços a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Andreia Aparecida da Silva, designada pelo Decreto nº 6.849 de 10 de junho de 2020, o qual compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

Parágrafo Segundo: A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo do Departamento Administrativo, cabendo a fiscal, a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, e a Servidora Municipal Sra. Flaviane Gubert Siqueira, nomeada através do Decreto nº 6.286 de 23 de Outubro de 2017, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

I - O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

Parágrafo Terceiro: O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.

Parágrafo Quarto: O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas nesta Ata.

Parágrafo Quinto: A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

Parágrafo Sexto: A fiscalização de que trata cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Parágrafo Sétimo: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

Parágrafo Oitavo: Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

Parágrafo Nono: Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

Parágrafo Segundo: Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Gestor da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

I - Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, desde que demonstrar a inviabilidade de redução.

Andréia A. da Silva
Secretária Municipal de Saúde
D.6849 de 10/06/2020



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Parágrafo Primeiro: Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

Parágrafo Segundo: Caso haja alteração imprevisível no custo, caberá a detentora requerer e demonstrar documentalmente, a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro, com fundamento no artigo 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

I - Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

Parágrafo Terceiro: Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Coronel Vivida.

Parágrafo Quarto: Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 65, II, "d" da Lei 8.666/93.

Parágrafo Quinto: Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

Parágrafo Primeiro: O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões:

a) A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

b) Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a proponente:

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

II - Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

Parágrafo Segundo: Além dos motivos já previstos, também constituirão motivos para o cancelamento unilateral da Ata de Registro de Preços os descritos nos art. 77 e 78 da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLENTO

Parágrafo Primeiro: A licitante vencedora que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da ata de registro de preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, conforme disposto no Artigo 7º da Lei 10.520/2002.

Parágrafo Segundo: A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

I - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, no caso da detentora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.

II - Multa de 1% (um por cento) sobre o preço total da Ata de Registro de Preços, por dia de atraso, no caso da detentora não cumprir qualquer cláusula deste edital ou ata, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando se dará por cancelado a Ata.

a) O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda,

Andréia A. da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
0.6849 de 10/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA ESTADO DO PARANÁ



quando for o caso, cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro: Quando aplicada a multa, seu valor poderá ser descontado da Nota Fiscal/Fatura que a DETENTORA apresentará para efeito de pagamento.

Parágrafo Quarto: As sanções previstas neste Edital/Ata de Registro de Preços são independentes entre si, podendo ser aplicada de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Quinto: Não será aplicada multa se, justificado e comprovado, o atraso no fornecimento do bem resultar de caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo Sexto: A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da assessoria jurídica do Município de Coronel Vivida – PR.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro: Estabelece as práticas vedadas aos licitantes e detentoras, ensejando sanções pelo descumprimento desta cláusula em todas as atas de registro de preços celebradas com a Administração Pública Municipal.

I - Os licitantes devem e a detentora deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual, para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ata de registro de preços;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou execução da ata de registro de preços;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: prejudicar, ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar de modo incorreto as ações da parte.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do município, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o MUNICÍPIO promover inspeção.

Parágrafo Segundo: Será rejeitada a proposta de adjudicação se concluído que o Licitante indicado para adjudicação ou seus agentes, ou seus subconsultores, subcontratados, prestadores de serviços, fornecedores e/ou seus empregados, tenham, direta ou indiretamente, se envolvido em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao competir pela ata de registro de preços em questão.

Parágrafo Terceiro: Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus subcontratados, agentes, pessoal, consultores e prestadores de serviços concordam expressamente em permitir ao MUNICÍPIO ou qualquer pessoa por este indicada inspecionar todas as contas, registros e outros documentos referentes à licitação e à execução da ata de registro de preços, bem como serem tais documentos objeto de auditoria designada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo Quarto: Ao Contratante, garantida a prévia defesa, se aplicará as sanções administrativas pertinentes e previstas na legislação brasileira, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas, no decorrer da licitação ou na execução da ata de registro de preços, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

Andréia A. da Silva
Secretária Municipal de Saúde
D.6649 de 10/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Parágrafo Primeiro: Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório – **Pregão Presencial nº 63/2020** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

Parágrafo Segundo: Os documentos referidos no subitem anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

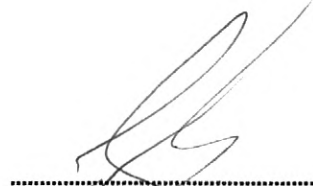
Parágrafo Terceiro: Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

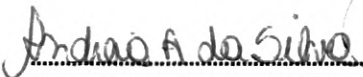
Parágrafo Quarto: Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

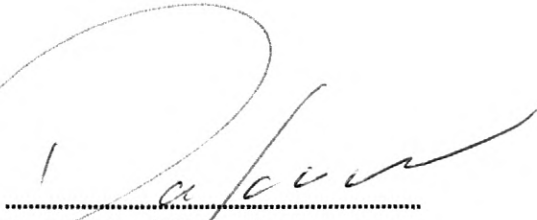
Parágrafo Quinto: O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida - PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente ata de registro de preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 29 de julho de 2020.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Andreia Aparecida da Silva
Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE


.....
Douglas José Waiand
Pontocom Brindes Ltda
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....



ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente termo de referência o **REGISTRO DE PREÇOS** para futuras e eventuais **AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA COMPOR KITS DE BEBÊ PARA O PROGRAMA NASCER EM CORONEL VIVIDA**, conforme especificações, estimativas e exigências descritas abaixo.

1.2. Da escolha pelo registro de preços:

1.2.1. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de produtos, onde as empresas disponibilizam bens a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

1.2.2. Na licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde a empresa vencedora manterá seus preços registrados, durante o período de 12 (doze) meses, tornando-os disponíveis, caso necessite, o Município de Coronel Vivida efetuará as contratações dos produtos nas quantidades julgadas necessárias e aos mesmos preços registrados no certame.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1. O programa visa reduzir o índice de mortalidade materno-infantil no município de Coronel Vivida com a instauração de um trabalho de atendimento mais intenso junto às mulheres mais jovens e de classe econômica e social menos favorecidas. O programa é baseado em seis passos: mobilização social; captação precoce da gestante; pré-natal e exames necessários; parto em maternidade referenciada; vigilância do bebê; e acompanhamento no primeiro ano de vida da criança. "Não queremos que nenhuma mãe ou criança morra de causas que possam ser evitadas". Estes passos significam a unificação dos serviços e da estrutura já existentes. Estão previstos desde a criação de comitês municipais para a redução da mortalidade materno-infantil, até o cadastramento e vinculação de todos os recém-nascidos a uma unidade de saúde para garantir a puericultura.

2.2. Das quantidades solicitadas:

Visto não ser possível afirmar ou mesmo prever a quantidade de nascimentos que ocorrerão durante o período de um ano, as quantidades solicitadas são estimadas e baseadas em anos anteriores, sempre levando em consideração que poderá haver acréscimos no número de gestações.

3 - ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

3.1. As licitantes interessadas deverão fornecer os produtos abaixo relacionados com as seguintes quantidades e características mínimas:

Andréia A. da Silva
Secretária Municipal de Saúde
D.6849 de 10/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



LOTE	ITEM	QNTD	UN	CÓD. LC	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	1	400,0	UN	10178	BOLSA PARA GESTANTE CONFECCIONADA EM POLIESTER 600, TOTALMENTE REVESTIDA COM PVC CRISTAL GRAMATURA 20, ABERTURA SUPERIOR COM ZIPER Nº 06 100% POLIESTER, DUAS ALCAS DE MAO EM POLIPROPILENO COM CADARCO INFERIOR DE REFORÇO, MEDIDAS TOTAIS DA BOLSA 28CM X 22CM X 11CM, PERSONALIZACAO EM ESTAMPA	PONTO COM BRINDES	9,98	3.992,00
1	5	400,0	UN	7165	CONJUNTO DE MIJAO: COMPOSTO POR UMA CALÇA 100% ALGODAO COM RIBANA E CAMISA DE MANGA LONGA COM PUNHO 100% ALGODAO E RIBANA, DIVERSAS CORES	PONTO COM BRINDES	9,98	3.992,00
1	8	400,0	UN	591	TOALHA DE BOCA - TAMANHO 22CM X 44CM; 100% ALGODÃO, CORES: ROSA BEBE, BRANCA E VERDE CLARO	PONTO COM BRINDES	3,98	1.592,00
VALOR TOTAL ESTIMADO							9.576,00	

(nove mil e quinhentos e setenta e seis reais)

4 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DOS LOCAIS DE ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Os produtos objeto desta licitação deverá ser entregues somente mediante autorização de fornecimento, em até 30 (trinta) dias da solicitação da divisão de compras, no Centro de Atendimento Dra. Caldisse de Carli, localizado na Rua Romário Martins, 154, Centro, Coronel Vivida, conforme necessidade e determinação do Departamento, sem custo adicional.

4.2. Os produtos, objeto desta licitação deverá ser entregues conforme descrição do item ganho, correndo por conta da detentora as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min horas.

4.3. Quando houver a necessidade de descarregamento e/ou montagem dos equipamentos adquiridos nesta Licitação, será de responsabilidade da empresa detentora providencia-lo, além de arcar com os seus custos.

4.4. O Município de Coronel Vivida reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

4.5. A DETENTORA é obrigada a substituir, imediatamente e às suas expensas, produtos em que se verifiquem irregularidades.

5 - DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O preço ajustado será pago, através da Tesouraria do Município, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a entrega da nota fiscal eletrônica, sua conferência e aceitação pelo Departamento Responsável.

5.2. As notas fiscais / faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente após a data de sua apresentação válida.

Andreia A. da Silva
Andreia A. da Silva
Secretária Municipal de Saúde
D.6849 de 10/06/2020



5.3. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da Detentora.

5.4. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"6. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

6.1. destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

6.2. com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

6.3. de comércio exterior."

5.5. Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

6 - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA

6.1. Conforme Portaria nº 08/2018, caberá à gestão da ata de registro de preços a Secretária Municipal de Saúde, Sra. Andreia Aparecida da Silva, designada pelo Decreto nº 6.849 de 10 de junho de 2020, o qual compete todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas na ata de registro de preços e edital.

6.2. A fiscalização da ata de registro de preços ficará a cargo do Departamento Administrativo, cabendo a fiscal, a servidora Sra. Mari de Jesus Reis Lazzari, designada pelo Decreto nº 6.835 de 27 de maio de 2020, e a Servidora Municipal Sra. Flaviane Gubert Siqueira, nomeada através do Decreto nº 6.286 de 23 de Outubro de 2017, o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando o gestor da ata de registro de preços as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da ata de registro de preços.

6.2.1. O contratante poderá designar um ou mais representantes para fazer a gestão, fiscalização e acompanhamento da entrega dos produtos, devendo estes anotar e registrar todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.3. O Contratante reserva-se o direito de cobrar da Detentora e a Detentora obriga-se a fornecer ao Contratante toda e qualquer informação que lhe seja solicitada sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, bem como a facilitar ao Contratante a fiscalização dos produtos ora contratados.

6.4. O Contratante reserva-se o direito de exercer a fiscalização sobre os produtos e, ainda, aplicar multa ou rescindir a Ata de Registro de Preços, caso a Detentora desobedeça quaisquer das cláusulas estabelecidas na Ata e Edital.

6.5. A fiscalização do Contratante não diminui ou substitui as responsabilidades da Detentora, decorrente de obrigações aqui assumidas.

6.6. A fiscalização de que trata neste item e subitens não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora pelos danos causados ao Contratante ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Andreia A. da Silva
Secretária Municipal de Saúde
D.6849 de 10/06/2020



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



6.7. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante, não elide nem diminui a responsabilidade da Detentora quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando-se esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, as quais não implicarão corresponsabilidade do Contratante ou do servidor designado para a fiscalização.

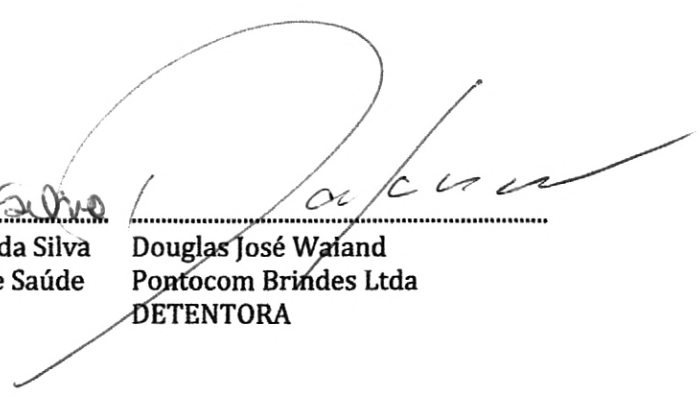
6.8. Ao Contratante não caberá qualquer ônus pela rejeição dos produtos considerados inadequados.

6.9. Por força do contido no art. 68, da Lei n. 8.666/93, a Detentora, por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá indicar preposto, aceito pelo fiscal desta Ata, para representá-la sempre que for necessário.

Coronel Vivida, 29 de julho de 2020.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Andreia Aparecida da Silva
Fundo Municipal de Saúde
CONTRATANTE


.....
Douglas José Waiand
Pontocom Brindes Ltda
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....

AVISO DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2020 - PMR
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LC 123/2006.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço, em regime de valor global do lote.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de cestas básicas de alimentos em atendimento ao previsto na portaria nº 369 de 29 de abril de 2020 - aquisição de alimentos em forma de cestas básicas para pessoas com deficiência e idosos em decorrência da situação de emergência causada pelo Covid-19.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 03 de setembro de 2020 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão e deverão ser adquiridos somente na Prefeitura Municipal, no endereço Rua Otávio Vargas, nº 901, Centro, Fone (46) 3550-8300, Renascença, Estado do Paraná, de 2ª a 6ª feira, nos horários das 07:30 às 11:30, e das 13:00 às 17:00 horas, onde poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente, ou pelo site www.renascenca.pr.gov.br.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais, no endereço e telefone acima citado.

Renascença, 27 de agosto de 2020.
LUCIANE ELOISE LUBCZYK
Pregoeira

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº 5.246, DE 17 DE JANEIRO DE 2019.
Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2019, no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir o Programa da Lei nº 5.250/2018 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2015/2021, conforme segue:

Table with 3 columns: Programa, Especificação, Valor R\$. Rows include: 0033 - Preservar e Melhorar o Meio Ambiente (1.700.000,00); 18 - Gestão Ambiental (18.544); 18.544.0033 - Preservar e Melhorar o Meio Ambiente (18.544.0033); 1.036 - Canalização e Construção de muros de proteção no Rio Ugrito e afluentes (1.700.000,00); 4.4.90.51 - 510 - Obras e instalações (1.700.000,00); Total (1.700.000,00).

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial para Suprir Financeiro da Fonte de Recursos Vinculada no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) na classificação funcional programática abaixo:

Table with 3 columns: Fonte, Especificação, Valor R\$. Rows include: 515 - Taxas - Exercício Poder de Polícia (1.700.000,00); Total (1.700.000,00).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 17 de janeiro de 2019.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 842, DE 17 DE JANEIRO DE 2019.
Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2019, no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

Art. 1º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 17 de janeiro de 2019.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

Art. 2º Esta Lei altera o Programa da Lei nº 5.250/2018 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2015/2021, conforme segue:

Table with 3 columns: Programa, Especificação, Valor R\$. Rows include: 0033 - Preservar e Melhorar o Meio Ambiente (1.700.000,00); 18 - Gestão Ambiental (18.544); 18.544.0033 - Preservar e Melhorar o Meio Ambiente (18.544.0033); 1.036 - Canalização e Construção de muros de proteção no Rio Ugrito e afluentes (1.700.000,00); 4.4.90.51 - 510 - Obras e instalações (1.700.000,00); Total (1.700.000,00).

Art. 3º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Suprimento Financeiro da Fonte de Recursos Vinculada, assim especificado:

Table with 3 columns: Fonte, Especificação, Valor R\$. Rows include: 515 - Taxas - Exercício Poder de Polícia (1.700.000,00); Total (1.700.000,00).

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 17 de janeiro de 2019.
AUGUSTINO ZUCCHI
Prefeito

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PIS - Nº 01/2020 - EDITAL Nº 01/2020

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

01/2020 - O Prefeito Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, altera o Edital de nº 01/2020, para alterar o valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais) em favor de...

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO
ATA COMPLEMENTAR DE PARECER TÉCNICO
DE EMPRESA
IMAX CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA
CNPJ: 27.666.227/0001-27
CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2019

Aos 20 (vinte) dias do mês de julho do ano de 2020, às 14h00min, na sala de Abertura e de Licitação da Prefeitura Municipal do Município de Pato Branco - Estado do Paraná, localizada na Rua Paraná, nº 1605, Centro, CEP: 85.501-025, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Vitória, em atendimento ao Memorando nº 149/GC/2020 (Gestão de contratos SMS-PB) que solicita vistoria in loco, devido as alterações dos quantitativos contratuais (Lote 6 Item 16 e Lote 10 Item 45), subvervem a presente ata ao final, a empresa: IMAX CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, CNPJ 27.666.227/0001-27, está apta para executar o quantitativo de exames solicitados. Encaminha-se para contratação a documentação da empresa: IMAX CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, CNPJ 27.666.227/0001-27, conforme quantidades, serviços e valores constantes na proposta. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, que depois de lida e aprovada, foi assinada pelos participantes da sessão. Gracieli Ariani Ávila; Sabrina P. Rigon; Medianeira S. Pernanguá; Cássio Aurelio Teixeira - Membros.

MUNICÍPIO DE MARIPÓLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020. UASG Nº 987693. PROCESSO Nº 535/2020. Tipo de Licitação: MENOR PREÇO. Data de realização: 14 de SETEMBRO de 2020. Abertura da Sessão: 09h00 horas. Local: www.comprasgovernamentais.gov.br. O Município de Maripólis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Tobias Ezequiel Taffarel Gheller que o presente instrumento subscrive e pelo Pregoeiro Oficial da Municipalidade Francisco Valdomiro Bueno, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020, do tipo MENOR PREÇO - Processo nº 535/2020, objetivando a aquisição de caminhão truck com tanque para transporte de dejetos, conforme Contrato nº 891932/2019, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Município de Maripólis, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, que faz parte do edital, que será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 38/2020, Decreto Municipal nº 006/2008, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto nº 8.538/2015, Lei Municipal Complementar nº 41/2009, Decreto Municipal nº 36/2010, aplicando-se, ainda, subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.886/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, realizará LICITAÇÃO para ampla participação de empresas. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentaram para participar do certame no site www.comprasgovernamentais.gov.br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.comprasgovernamentais.gov.br, iniciando-se no dia 14/09/2020 às 09h00 horas e será conduzida pelo Pregoeiro Oficial com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 34/2020 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Pato Branco - Rua Seis, nº 1030 - Centro - CEP: 85.525-000. Maripólis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 às 13h00. E-mail: francisco.bueno@maripolis.pr.gov.br. Portal Transparência do Município ou pelos sites www.maripolis.pr.gov.br, na aba licitações e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG Nº 987693. Maripólis/PR, 27 de Agosto de 2020. Tobias Ezequiel Taffarel Gheller - Prefeito Municipal.

Município de Itaipava D'Oeste - Diário - Ano nº 16/2020

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Joleneide da Maia, Matrícula: 1123031 - Orgão de Licitação: Departamento de Saúde. Cargo ou função: Munição. ACOMPANHANTES: Teresinha Lunelli e acompanhante. DADOS DA VIAGEM: Data de Viagem: 27/08/2020 às 08h30 e retorno às 17h00. Destino: Município de Itaipava D'Oeste. Valor: R\$ 125,00. Transporte utilizado: Ônibus (carro oficial). Finalidade da Viagem: Consulta. Organizações a serem visitadas ou eventos: "CEOC" Declara missão ciente das normas previstas na Lei Municipal nº 1191/2020, que aprova o regime das diárias. Declaram também que para todos os fins que não verbas, as informações prestadas, nem natura, nem seleção de diárias e nem responsabilidades por eventuais omissões e/ou erros, sendo que autoriza o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não pagos e não recebidos em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir de 27/08/2020.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020
O Município de Itaipava D'Oeste, Estado do Paraná, torna público, que fará realizar licitação na modalidade de Edital de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, no dia 11 (onze) de Setembro de 2020, às 10h00min (dez) horas, tendo como objeto a seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada na comercialização de equipamentos e materiais em geral para uso do Departamento Municipal de Assistência Social, em conformidade com o Convênio firmado entre o Município de Itaipava D'Oeste e o Ministério do Desenvolvimento Social. O prazo para envio das propostas é até às 10h00min (dez) horas do dia 11 (onze) de Setembro de 2020. Outras informações poderão ser obtidas através do Edital de Pregão Eletrônico Nº 025/2020, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min horas, na sede da Prefeitura Municipal de Itaipava D'Oeste - PR, no endereço eletrônico: http://www.municipalidade.pr.gov.br/licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Maiores informações em contato pelo Telefone (046) 3526 - 8300.

Itaipava D'Oeste-PR, 20 (vinte) de Agosto de 2020.
Vladimir Lucini
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto Nº 001/2020

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2247/2018, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPAVA D'OESTE E A EMPRESA COPY PRINTER MULTIFUNCIONAIS LTDA EPP, CNPJ nº 10.212.555/0001 - 85, objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos de copiar, imprimir, copiar, imprimir e fax, para uso dos Departamentos de Administração Municipal, de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Edital de Pregão Presencial nº 044/2017 -, fidei promissora contratual passada pela Prefeitura de Itaipava D'Oeste, no dia 04 (quatro) de setembro de 2018, de acordo com o justificativo do executivo municipal e com o Art. 37, § 6º da Lei nº 8.666/93, CLÁUSULA SEGUNDA - As partes signatárias deste Termo Aditivo ratificam, por terem lido os termos, cláusulas e disposições do Contrato nº 2247/2018, os quais permanecem válidos e em vigor, ressalvadas as partes expressamente alteradas por este instrumento. Itaipava D'Oeste, 01 (uma) de julho de 2020.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIDA - PR

RESUMO DE DIÁRIOS DE REGISTRO DE PREÇOS
Referido ao Edital: Pregão Presencial nº 63/2020. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais para compra de R\$ 500,00 (quinhentos reais) em Coronel Vívica, PR, 12/08/2020, às 10h00min, no endereço: Rua da Liberdade, 123, Coronel Vívica, PR, 83.500-000. Contratação: Município de Coronel Vívica, DETENTORES:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
CNPJ nº 21.264.454/0001-40
11/11/2020 - COMERCIAL SOE LTDA - 12.000,00
11/11/2020 - PONTOSCOM BRINDES LTDA - 12.000,00
11/11/2020 - ROSEANE APARECIDA SOUZA - 12.000,00
Coronel Vívica, 28 de julho de 2020, Frank Ariel Schevch, Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA
MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

DECRETO Nº 187/2020
Concede licença especial, ao Servidor Vilmar Antônio Dias.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, considerando o protocolo nº 43.883 e o parecer exarado pela procuradoria Jurídica,
DECRETA:
Art. 1º - Fica concedida licença especial ao Servidor VILMAR ANTONIO DIAS portador do RG nº 4.208.745-9, CPF nº 473.381.533-09, pelo período de 06 (seis) meses, sendo referente ao período trabalhado entre 25/04/2020 a 25/04/2021.
Art. 2º - Art. 2º - A licença de que trata o artigo anterior terá seu início em 26/08/2020 findando em 24/02/2021, sendo que no dia 02 (dois) de agosto de 2020, apresentará-se para o exercício regular de suas funções, independentemente de qualquer modalidade de notificação, sob pena das sanções previstas no artigo 171 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2020.
ADEMIR JOSE GHELLER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA
MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA

DECRETO Nº 185/2020
Dispõe sobre adoção de medidas de contenção a propagação do novo coronavírus (COVID-19) junto ao Pato Municipal, e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e fundado no disposto na Lei Federal nº 13.279, de 4 de fevereiro de 2020, e
CONSIDERANDO que a finalidade que fundamenta a legislação de Covid-19 nos funcionários do Pato Municipal nesta data (27/08/2020), onde foram detectados casos positivos. Considerando que, na necessidade de ser efetuada a dedicação do Pato Municipal; Considerando que, conforme orientações da Secretaria de Saúde, deverá ser observado o prazo de 72h (setenta e duas) horas, contadas a partir da data de detecção.
DECRETA:
Art. 1º - A suspensão das atividades presenciais no Pato Municipal no dia 28/08/2020.
Art. 2º - As atividades presenciais permanecerão normalmente no dia 31/08/2020, observadas as determinações já contidas nos Decretos anteriores.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de edição.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 27 DE AGOSTO DE 2020.
ADEMIR JOSE GHELLER
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA
PORTAL DO SUDOESTE

Praca Getúlio Vargas, nº 71, Centro, Clevelândia - Paraná.
CEP: 83.500-000.
Fone/Fax: (046) 3523-0000.

DECRETO Nº 018/2020
NOME: Alvaro Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arredondado no Orçamento de 2019 do Município de Clevelândia, Estado do Paraná no valor de R\$ 382.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais).

O Prefeito Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 2.785 de 07 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar no Orçamento do Município de Clevelândia, Estado do Paraná, por Excesso de Arredondado no Orçamento de 2020, no valor de R\$ 382.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais), para atender despesas no âmbito dos órgãos e Departamentos Orgânicos.

08 - Secretaria Municipal de Obras e Viação
01 - Administração S.M.C.V.
2.785.001 - 1.000,00 - Pavimentação Asfáltica
4.4.90.51.00 - 866 OBRAS e INSTALAÇÕES 382.000,00
Total 382.000,00

Art. 2º - Para cobertura do referido Crédito Adicional Suplementar previsto no Art. Anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação do exercício anterior:

2.4.1.810.1.06.00 - 861 - C.B.F. MDR Pavimentação Asfáltica em Diversas Vias / Itens - 382.000,00
Total 382.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito de Clevelândia - Estado do Paraná, 27 de agosto de 2020.

ADEMIR JOSE GHELLER
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2020. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 330/2020 - PROCESSO Nº 158/2020. PARTES: Município de Clevelândia e Operadora LISA - EPP. OBJETO: Fomento de infraestrutura em favor de...



Diário Oficial Eletrônico do Município de Coronel Vivida

Sexta-Feira, 28 de Agosto de 2020

Ano III – Edição Nº 0534

HUNER COMERCIO
E SERVICOS LTDA
ME:139340310001
61

Assinado de forma digital
por HUNER COMERCIO E
SERVICOS LTDA
ME:13934031000161
Dados: 2020.08.27 17:37:14
-03'00'

Página 1 / 001

SUMÁRIO

Executivo..... 01
Outros Atos..... 01

EXECUTIVO

OUTROS ATOS

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 63/2020. Objeto: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para compor kits bebê, através do Programa Nascer em Coronel Vivida. Prazo: 12 meses, de 30.07.2020 a 29.07.2021. Contratante: Município de Coronel Vivida. DETENTORAS:

ATA DE REGISTRO	DETENTORAS	CNPJ nº	VALOR ESTIMADO
111/2020	COMERCIAL SOETHE LTDA	21.264.454/0001-40	12.031,00
112/2020	PONTOCOM BRINDES LTDA	18.036.328/0001-23	9.576,00
113/2020	ROSANE APARECIDA SKRZYPCZAK	08.367.860/0001-31	3.200,00

Coronel Vivida, 29 de julho de 2020. Frank Ariel Schiavini, Prefeito.

Cod336945

